

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Impotência regional medíocre



Maduro legaliza a repressão doméstica e a agressão internacional, mas Lula, que não economiza hipócritas para tratar da Europa ou Oriente Médio, impõe um silêncio ensurdecedor ao Itamaraty

Após castrar politicamente a oposição, impedindo a inscrição de seus candidatos para as eleições de julho, o ditador Nicolás Maduro deu o golpe de misericórdia no que restava da democracia venezuelana. O regime engendrou uma lei “Contra o Fascismo, Neofascismo e Expressões Similares”. Entre os traços distintivos do “fascismo” – além do “chauvinismo”, “classismo” ou “qualquer tipo de fobia contra o ser humano” – constam o “conservadorismo moral” e o “neoliberalismo”. Em resumo, “fascis-

ta” é todo aquele que o regime disser que é. Com isso, a ditadura chavista se deu carta branca para censurar de vez a imprensa e redes sociais, proibir reuniões e manifestações pacíficas e dissolver partidos políticos ou instituições da sociedade civil consideradas “fascistas” ou – para não deixar sombra de dúvida da arbitrariedade – “similares”.

Entre manifestações puníveis com mais de 8 anos de cadeia estão as que promovem “a violência como método de ação política”, “reproduzem a cultura do ódio”, “denigrem a democracia e suas instituições”, “promovem a sus-

pensão de direitos e garantias” e “exaltam princípios, fatos, símbolos e métodos do fascismo”. A ironia é que, se houvesse Justiça independente na Venezuela, Maduro e seus bate-paus seriam os primeiros a ser punidos por esses crimes, a começar pelo último. Não há na América do Sul nada mais similar ao regime fascista de Mussolini que o regime chavista.

Como de hábito em regimes autoritários – vide a Rússia de Vladimir Putin –, a repressão interna retroalimenta a agressão externa e vice-versa. A perseguição de dissidentes é legitimada pela “lei” e impulsionada pela “ameaça à segurança nacional”. Como não havia nenhuma, Maduro a fabricou, ameaçando a Guiana. *Pari passu* à lei antifascismo, Maduro promulgou outra lei criando o Estado venezuelano da “Guiana Essequiba”, o que, em tese, significa anexar 70% do território guianense.

Não há surpresa em nada disso. O que surpreende é a inacreditável pusilanimidade do Brasil.

A condenação da comunidade internacional civilizada é unânime, inclusive de lideranças de esquerda latino-americanas. Todos os países do Mercosul, com exceção do Brasil, condenaram sem meias palavras a orgia totalitária chavista. O presidente chileno, Gabriel Boric, recriminou “a detenção arbitrária de representantes políticos da oposição”. O colombiano Gustavo Petro classificou como “golpe antidemocrático” a inabilitação da líder de oposição María Corina que o presidente Lula chancelou como um processo judicial perfeitamente limpo. O ex-presidente uruguaio Pepe Mujica, ícone da

esquerda latino-americana, vocalizou o veredicto final: “Isso não se pode chamar democracia”.

Já Lula rebaixou o Estado brasileiro a uma usina de panos quentes. No improviso de uma entrevista coletiva, Lula se descuidou de sua habitual hipocrisia deixando escapar que considera “grave” o bloqueio à candidatura da substituta de Corina, mas, oficialmente, o máximo que permitiu à sua chancelaria foi uma nota de “preocupação”. O resto é silêncio, mesmo ante a ameaça de um conflito regional.

O Brasil mediu em São Vicente e Granadinas um acordo entre a Venezuela e a Guiana em que ambos os países se comprometiam a manter o diálogo diplomático “sem provocações”. É mais um pacto que Maduro manda pelos ares. No Itamaraty, silêncio obsequioso. Sem qualquer laivo de reprovção, o chanceler paralelo de Lula, Celso Amorim, prometeu “reforçar o diálogo” com Maduro.

A esfera de influência do Brasil não é o Leste Europeu ou o Oriente Médio. Mas, para conflitos nessas regiões, a indignação de Lula atinge estratosferas hiperbólicas. Já quando a ameaça se ergue do outro lado de suas fronteiras, nem meia palavra de recriminação, só frases inteiras de contemporização. Sequestrada pelas afinidades pessoais e ideológicas de Lula, a política externa nacional é desmoralizada ante a comunidade internacional e o capital diplomático brasileiro é dilapidado a olhos vistos. E assim o Brasil, uma potência regional média, é reduzido, contra seus mais elementares interesses, a uma impotência medíocre. ●

A próxima pandemia vem aí

A conclusão do pacto multilateral de prevenção da ONU está se provando difícil. O risco é de complacência: quanto mais deixamos a pandemia para trás, mais fácil é esquecer a que vem pela frente

No fim de 2021, ainda em meio ao morticínio da pandemia de covid-19, mas já se aproximando, pela força das vacinas, do fim do túnel, o mundo optou por um “compromisso geracional”, nas palavras do diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, “de não voltar ao velho ciclo de pânico e negligência”. As 194 nações da ONU concordaram em preparar, até maio de 2024, um ambicioso plano global para enfrentar a ameaça conhecida como “Doença X” – o codinome para algum patógeno desconhecido, possivelmente mais contagioso, mortífero e resiliente que o coronavírus. Mas, após nove rodadas de negociações, a conclusão está se provando difícil.

Todos sabem o que é preciso fazer:

prevenir (o surgimento de novos patógenos); detectar (caso algum surja); conter (a sua propagação); e tratar (as infecções). Esse é o roteiro desde que os seres humanos são acometidos por doenças contagiosas. Mas a covid revelou fatores de risco maiores do que em toda a história: uma humanidade mais adensada, conectada e móvel, que pressiona o meio ambiente.

Há cerca de 1,6 milhão de vírus no planeta em mamíferos e pássaros, e todos os anos surgem novos. Muito dessa “matéria escura viral” escapa ao nosso controle, mas podemos reduzir os riscos aliviando pressões sobre biomas e o tráfico de animais. Outra questão é o controle dos laboratórios. A detecção exige um sistema de vigilância viral. A contenção e o tratamento serão mais rápidos se o mundo for capaz de concer-

tar protocolos de isolamento, produzir arquivos de vacinas prototípicas e estiver em condições de mobilizar rapidamente testes clínicos, marcadores biológicos indicando respostas imunológicas às vacinas e fábricas de biomanufatura.

A dificuldade não é tanto o que fazer, mas como. Neste momento, há três zonas de controvérsia: o grau de ingerência que os países cederiam à OMS; os custos para os contribuintes; e o compartilhamento de informações entre Estados e entre empresas.

Não são problemas triviais, e se ainda não foram solucionados não é por mera má vontade. Por exemplo, interferir nos direitos de patentes e perspectivas de lucro das farmacêuticas pode reduzir o incentivo para o desenvolvimento de vacinas. Mas não interferir pode prejudicar a escala e a equidade da distribuição. Patógenos infecciosos não conhecem fronteiras nem distinguem classes e, se uma parte do mundo estiver desprotegida, o mundo estará.

São desafios que exigem cálculos apurados de custo-benefício e negociações intensas, mas superá-los é factível. O risco é não superá-los em tempo, não por má vontade, egoísmo ou ganância, mas por apatia, distração ou complacência.

A ameaça das pandemias é diversa de outros riscos existenciais, como mudanças climáticas, proliferação nuclear ou inteligência artificial. Estes riscos es-

tão condicionados a tecnologias em expansão, que exercem uma pressão constante e crescente. Podemos momentaneamente nos alienar desta pressão, mas há sempre uma catástrofe ambiental, um conflito armado ou uma invenção disruptiva para nos despertar.

Pandemias se comportam como o tubarão do famoso filme: surgem do nada, causam caos e carnificina e desaparecem nas profundezas. O risco é repetir o “velho ciclo de pânico e negligência” de que fala Adhanom. “Porque somos tão bons em seguir adiante para as próximas coisas como humanos – isso é parte de nossa estratégia de sobrevivência –, há quase essa amnésia coletiva”, advertiu Ashley Bloomfield, um ex-secretário de Saúde neozelandês.

É incerto o que virá, quando, onde ou como, mas é certo que virá uma nova pandemia. Evitá-la não está em nosso poder, ao menos não completamente, mas está em nosso poder nos preparar melhor para monitorá-la, antecipar modelos vacinais e nos planejar para produzi-los e distribuí-los rapidamente. Porém o maior desafio a essa preparação não é técnico ou financeiro, mas psicossocial: a nossa tendência a esquecer que há um desafio. Quanto mais nos afastamos da pandemia de covid, maior é essa tendência. O problema é que, quanto mais nos afastamos da covid, mais nos aproximamos da “Doença X”. ●